

CAIXA Residencial

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. ("CAIXA Residencial, seguradora ou companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais fatos e alterações societárias

A CAIXA Residencial foi constituída em 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado entre a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), a CAIXA Seguridade Participações S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A., por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria para explorar, de maneira exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de seguro habitacional e residencial na rede de distribuição da CAIXA.

Em 4 de janeiro de 2021, foi concluído o fechamento da operação, fazendo com que a CAIXA Residencial se tornasse uma *Joint Venture* entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine Seguradora e possibilitando o início das operações de emissão de prêmios nos ramos Habitacional e Residencial.

Após o fechamento da operação, a participação acionária passou a ter a CAIXA Seguridade com 75% de participação no capital total da CAIXA Residencial, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da CAIXA Residencial.

Construção de legado com impacto real aos lares brasileiros

O ano de 2025 foi de grandes conquistas para a CAIXA Residencial, que marca um novo momento da companhia e reforça o significado desses resultados para o nosso posicionamento no mercado de seguros Habitacional e Residencial.

Ultrapassamos a marca de R\$ 2,87 bilhões em prêmios emitidos, o que representa um crescimento de 34% em relação ao exercício de 2024 – um recorde que carrega a soma de cada entrega, com dedicação e talento de nossas equipes.

Nos consolidamos entre as lideranças do setor, em um mercado que avança no fortalecimento da cultura de seguros no Brasil. Segundo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), os produtos voltados à proteção do lar seguem em forte expansão – e a CAIXA Residencial está puxando essa curva.

No Seguro Residencial, estamos na terceira posição no Ranking SUSEP até novembro, com 16,2% de *market share* (o segundo colocado tem 16,7%) e com um crescimento de 27% no período, bem acima da média do setor, que foi de 10%.

Já no segmento Habitacional, também superamos o mercado com um crescimento de 38,8% nos prêmios emitidos, frente a uma média de 12,8%. Mais uma vez, nossa performance foi acima da média. Esses resultados mostram mais do que eficiência, destacam que proteção gera desenvolvimento social e que cuidado transforma lares em cidadania e que, quando colocamos o cliente no centro das nossas estratégias, construímos não só bons números, mas também um legado de impacto real para o Brasil.

Mais do que números, entregamos propósito.

Mais do que metas, construímos confiança.

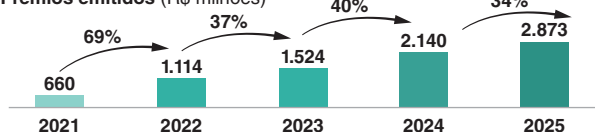
Sigamos com determinação, rumo a resultados ainda maiores.

Rodrigo Valença

CEO | CAIXA Residencial

Desempenho dos negócios

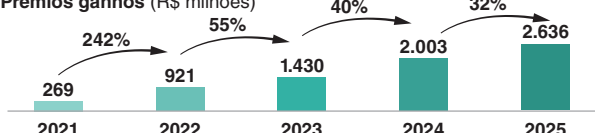
Prêmios emitidos (R\$ milhões)



As receitas de prêmios emitidos de 2025 atingiram R\$ 2.873 milhões, sendo:

- R\$ 1.093 milhões no Seguro Residencial - 3º lugar no *Ranking* SUSEP.
- R\$ 1.780 milhões no Seguro Habitacional - 2º lugar no *Ranking* SUSEP.

Prêmios ganhos (R\$ milhões)



Os prêmios ganhos totalizaram R\$ 2.636 milhões (sendo R\$ 856 milhões no Residencial e R\$ 1.780 milhões no Habitacional).

A carteira de investimentos alcançou R\$ 1.650 milhões (R\$ 1.476 milhões em dezembro de 2024).

O patrimônio líquido da seguradora, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.850 milhões (R\$ 1.790 milhões em dezembro de 2024) e, como resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi registrado um lucro líquido de R\$ 761 milhões (R\$ 521 milhões em dezembro de 2024).

As despesas com Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS totalizaram R\$ 620 milhões (R\$ 427 milhões em dezembro de 2024).

Clima organizacional

A seguradora conta com cerca de 300 colaboradores e mantém programas para desenvolvimento profissional e o bem-estar de suas equipes.

Em 2025, a CAIXA Residencial disponibilizou as seguintes iniciativas:

- Programa de Saúde e Bem-estar: ginástica laboral, *quick massage* e acesso ao aplicativo Total Pass (rede de academia com várias modalidades para prática de atividade física).
- Corrida e Caminhada CAIXA Residencial: evento esportivo, que contou com a distribuição gratuita aos seus colaboradores de kits para participação nas modalidades caminhada e corrida.
- Capacitação online: por meio do convênio com a Universidade CAIXA e acesso aos episódios do Podcast Fora da Casa, no qual os colaboradores têm acesso a cursos, artigos, entrevistas, infográficos e e-books disponíveis nestas plataformas digitais, com foco em diversos temas para seu desenvolvimento profissional.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026

A Administração

Demonstração do Resultado 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos (Nota 20)	2.873.037	2.139.547
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 21.1)	(236.992)	(136.234)
Prêmios ganhos	2.636.045	2.003.313
Sinistros ocorridos (Nota 21.2)	(453.744)	(459.148)
Custos de aquisição (Nota 21.3)	(656.063)	(504.981)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(12.632)	(9.536)
Resultado com resseguro	(19.206)	65.579
Receita com resseguro (Nota 23)	(8.288)	74.747
Despesa com resseguro (Nota 23)	(10.918)	(9.168)
Despesas administrativas (Nota 24)	(292.044)	(259.485)
Despesas com tributos (Nota 25)	(120.927)	(88.338)
Resultado financeiro (Nota 26)	197.678	129.075
Resultado operacional	1.279.107	876.479
Resultado antes dos impostos e participações	1.279.107	876.479
Imposto de renda (Nota 11)	(308.471)	(210.285)
Contribuição social (Nota 11)	(193.906)	(131.789)
Participações sobre o lucro (Nota 3 j)	(15.914)	(13.715)
Lucro do exercício	760.816	520.690
Quantidade de ações	13.534	13.534
Lucro por ação	56,22	38,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	760.816	520.690
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	760.816	520.690

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro do exercício:	760.816	520.690
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	88.325	87.261
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.631	562
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(173.370)	(371.434)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(547.452)	(114.706)
Ativos de resseguro	9.344	(13.348)
Ativo fiscal diferido	(445)	(2.174)
Despesas antecipadas	(123)	(28)
Custos de aquisição diferidos	(78.716)	(46.730)
Outros ativos	(158.331)	(17.435)
Impostos e contribuições	(119.152)	106.568
Débitos de operações com seguros e resseguros	441.028	51.805
Depósitos de terceiros	1.475	(1.592)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	349.465	260.428
Provisões Judiciais	338	176
Outros passivos	(116.343)	(113.656)
Caixa gerado pelas Operações:	396.820	346.387
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	396.820	346.387
Atividades de investimento		
Intangível	(9.222)	(20.668)
Imobilizado	(8.742)	(1.175)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(17.964)	(21.843)
Atividades de financiamento		
Dividendo adicional pago	(130.172)	(95.564)
Dividendo mínimo pago	(551.236)	(226.503)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(681.408)	(322.067)
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(2.552)	2.477
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.610	133
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	58	2.610

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

Balanco Patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	2.758.552	1.990.866
Disponível	58	2.610
Caixa e bancos	58	2.610
Aplicações (Nota 7)	1.649.781	1.476.411
Créditos das operações com seguros e resseguros	711.055	267.729
Prêmios a receber (Nota 8.1)	709.831	264.309
Operações com resseguradoras (Nota 8.4)	1.224	3.420
Outros créditos operacionais (Nota 8.2)	170.094	49.613
Ativos de resseguro (Nota 9)	5.033	15.870
Títulos e créditos a receber	6.672	5.882
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	6.026	5.581
Outros créditos	646	301
Despesas antecipadas	260	137
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	215.599	172.614
Seguros	215.599	172.614
Ativo não circulante	1.522.875	1.416.039
Realizável a longo prazo	341.421	168.066
Créditos das operações com seguros e resseguros	161.590	59.147
Prêmios a receber (Nota 8.1)	161.590	59.147
Ativos de resseguro (Nota 9)	2.166	621
Outros valores e bens (Nota 3 o)	33.699	63
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	143.966	108.235
Seguros	143.966	108.235
Imobilizado (Nota 14)	11.030	3.031
Bens móveis	1.732	2.424
Outras imobilizações	9.298	607
Intangível (Nota 15)	1.170.424	1.244.942
Outros intangíveis	1.170.424	1.244.942
Total do ativo	4.281.427	3.406.905

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	156.670	1.503.330	95.564	–	1.755.564
Distrib. de Dividendos Adic. de 2023 AGO/E de 26/03/2024	–	–	(95.564)	–	(95.564)
Resultado do Exercício	–	–	–	520.690	520.690
Proposta p/ Distrib. do Resultado	–	–	–	(390.518)	(390.518)
Dividendos mínimos (75%)	–	–	–	(130.172)	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	156.670	1.503.330	130.172	–	1.790.172
Distrib. de Dividendos Adic. de 2024 AGO/E de 13/03/2025	–	–	(130.172)	–	(130.172)
Resultado do Exercício	–	–	–	760.816	760.816
Proposta P/ Distrib. do Resultado	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos (75%)	–	–	–	(570.612)	(570.612)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	156.670	1.503.330	190.204	–	1.850.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais
A Caixa Residencial (nome fantasia da XS3 Seguros S.A. e doravante denominada "Caixa Residencial", "Companhia" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.802/0001-43, constituída em 19 de agosto de 2020, tendo sua sede localizada na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 84, térreo ao 7º andar, Paraíso, São Paulo - SP, CEP: 04004-030. A Seguradora é controlada em conjunto pela Tokio Marine Seguradora S.A. ("Tokio Marine") e pela Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"). A Seguradora iniciou suas operações comerciais mediante acordo de associação firmado entre a Tokio Marine e a Caixa Seguridade, para exploração pelo prazo de 20 anos, dos ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado "Balcão CAIXA"). Neste acordo de associação a Seguradora passou a ser um <i>"Joint Venture"</i> na qual a CAIXA Seguridade detém 75% de participação no capital total da Caixa Residencial, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Caixa Residencial. A Caixa Residencial remunera a CAIXA Seguridade com as despesas totais de comercialização por produto em valores predefinidos (comissão de distribuição de 36,4% e 20% para residencial e habitacional, respectivamente), além de uma taxa de performance atrelada ao desempenho anual em volume e lucratividade. A Caixa Residencial tem gestão e governança compartilhada entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine, sendo que cada acionista indica 3 (três) membros para o Conselho de Administração. A Diretoria Executiva da Caixa Residencial é composta por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) indicados pela Tokio Marine, 2 (dois) indicados pela Caixa Seguridade e 1 (um) com indicação conjunta, e com funcionamento de maneira colegiada e compartilhada.
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Estas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") referendados pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2026.
Nota 3 - Principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente com as do período anterior. a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua e é também a sua moeda funcional. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e com baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias. c) Ativos financeiros: c.1) Ativos financeiros - mensuração e classificação: Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados de acordo uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios, na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado". Esses ativos são classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento. c.2) Recebíveis: Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais", e "Títulos e créditos a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e reconhecidos pelo prazo de vencimento das parcelas. c.3) Determinação do valor justo dos ativos financeiros: O valor justo dos ativos financeiros é determinado com base em cotações observadas em mercados ativos, a preços de mercado, cotados na data do balanço. Estes instrumentos compreendem fundos de investimento avaliados pelo valor da cota, informados pelos administradores dos fundos na data

do balanço. **d) Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros:** **d.1) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (recebíveis):** A Seguradora reconhece uma perda por redução ao valor recuperável de prêmios a receber de seguros com base em estudo técnico para redução ao valor recuperável. **d.2) Ativos não financeiros:** Para os ativos não financeiros que apresentam vida útil definida, a Administração avalia anualmente a existência ou não de indicativos de *impairment* e, em caso positivo, é realizado o teste. Não foram identificados indícios de perdas no valor contábil dos ativos não financeiros. **e) Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, PVR, PSL, IBNR e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro. São avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões. **f) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição sobre prêmios emitidos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. **g) Ativos Intangíveis:** A Seguradora é parte em contrato para exploração do Balcão da Caixa Econômica Federal pelo período de 20 anos, conforme descrito na Nota 1, período pelo qual o saldo é mensalmente amortizado, pelo método linear, em contrapartida ao resultado. Além disso, a Seguradora registra, no intangível, as licenças de software, pelo custo do contrato, e a amortização, de acordo com as vigências das prestações de serviços e vida útil estimada das licenças de propriedade da seguradora. **h) Contratos de seguro e de resseguro, e contrato de investimento - classificação:** De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguro, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou as suas operações como "Contratos de Seguro". Os contratos de resseguro são classificados como "Contratos de Seguro", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguro. Os contratos de investimento são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro. A Seguradora possui este tipo de contrato na data do balanço e o seu registro contábil é efetuado conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. **i) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguro:** **i.1) Passivos de contratos de seguro: Seguros de Ramos Elementares sob o regime financeiro de repartição simples:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais formalizadas em Notas Técnicas Atuariais. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando provisionar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos - PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente, pode ser constituído o ajuste de IBNER (Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o cadastro/aviso do sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura da despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo, tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros, quanto aquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de maneira agrupada. A Provisão para Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR é constituída para registro dos prêmios a restituir a segurados (devolução de prêmios), com base no valor do prêmio correspondente à vigência a decorrer da apólice na data do seu cancelamento. **i.2) Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Nas datas-base de junho e dezembro, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos - TAP, com o objetivo de verificar a sua adequação às obrigações decorrentes



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Os resultados superavitários do TAP estão apresentados abaixo:

	Grupo 0114	Grupo 1061	Grupo 1065	Superávit Total
Eventos a ocorrer - Prêmio não registrado	313.937	1.197.453	1.611.992	3.123.382
Eventos a ocorrer - Prêmio registrado	451.501	-	-	451.501
Eventos Ocorridos	163	371	170	704
Total	765.601	1.197.824	1.612.162	3.575.587

j) Benefícios a empregados: A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar aberto para os seus funcionários, administrado pela Caixa Vida e Previdência, nas modalidades PGBL e VGBL. As contribuições são realizadas de maneira facultativa pelo participante, com contrapartida da patrocinadora de 100% da contribuição do empregado. A Seguradora possui um programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos desse programa. Os demais passivos trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras, são calculados segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos empregados. Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são: seguro saúde e odontológico, seguro de vida, auxílio alimentação, auxílio reeleição, auxílio medicamento, auxílio creche e vale-transporte, os quais são registrados à medida em que são incorridos. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 9.401. **k) Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido ajustado do período. A Seguradora pode a qualquer tempo levantar demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários. Os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo, sendo que o montante de dividendos acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido até que o destino desse excedente seja aprovado em Assembleia Geral de Acionistas. **l) Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações financeiras nos períodos a que se referem. **m) Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos dos prêmios de seguro são apropriados ao resultado no prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil ao ano, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente. As contribuições para o PIS e para a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios, deduzidas dos sinistros pagos e sobre as receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das provisões técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente. **o) Arrendamentos:** Os ativos de direito de uso referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos contratos. No primeiro semestre de 2025 a companhia celebrou um contrato para aluguel de sua nova sede, pelo prazo de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo reconhecido no ativo da companhia era de R\$ 37.568 rubrica "direito de uso" e (R\$ 3.869) na rubrica de "depreciação - direito de uso", ambas no grupo de contas "outros valores e bens" no ativo. Em contrapartida foi reconhecido o "passivo de arrendamento" no grupo de contas "outros débitos" no passivo.

Nota 4 - Pronunciamento emitido e ainda não vigente

O seguinte pronunciamento foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e está com o seguinte status: • CPC 50 - Substitui o CPC 11 sobre contratos de seguro. A norma será aplicável à Seguradora quando for referendada pela SUSEP.

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas, julgamentos e premissas adotadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são: • Contratos de seguro e resseguro (Nota 3 h); • Ativos financeiros (Nota 7); • Tributos (Nota 11); • Provisões Judiciais (Nota 12); • Provisões técnicas (Nota 17 e Nota 9); e • Prêmios a receber - Redução ao valor recuperável - *Impairment* (Nota 8.1).

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos na Caixa Residencial segue as diretrizes estabelecidas em sua Política de Riscos e Controles Internos (aprovada pelo Conselho de Administração). Com base em uma *framework* alinhado às práticas locais, internacionais e às regulamentações vigentes, a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* realiza o acompanhamento de seu perfil, apetites, exposições e tolerâncias a riscos objetivando uma abordagem abrangente e eficaz na identificação, avaliação, mensuração, monitoramento e tratamento para mitigação dos riscos. A responsabilidade sobre o gerenciamento de riscos é dividida entre as três linhas na Companhia: 1ª Linha: Unidades de Negócio e Operacionais - responsáveis pela tomada de decisões quanto à gestão de riscos no dia a dia dos processos. 2ª Linha: Unidade de Riscos e Controles Internos e Unidade de *Compliance* - responsáveis por fornecer orientação e suporte às unidades de negócio, monitorar a eficácia dos controles de riscos e assegurar a conformidade com as regulamentações aplicáveis. 3ª Linha: Auditoria Interna - responsável por realizar avaliações sobre a eficácia do sistema de riscos e dos controles internos. Essa abordagem em três linhas, alinhadas entre si, contribui coletivamente para a criação e proteção de valor e com os interesses priorizados da Administração. Além disso, visando o cumprimento de requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança, a Companhia possui comitês que também são responsáveis pelo gerenciamento de riscos, tais como: Comitê de Riscos e *Compliance*, Comitê de Nomeação e Remuneração, Comitê Consultivo Financeiro, Comitê de Transações com Partes Relacionadas e Comitê de Auditoria. A estratégia de gestão de riscos da Caixa Residencial compreende as seguintes categorias, bem como suas respectivas exposições: **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as suas expectativas, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. Para mitigar esse risco, adotamos políticas de subscrição baseadas em critérios técnicos e com definição de diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis. O risco de subscrição pode ser subdividido em 3 riscos, sendo eles: • Risco de Prêmios - possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente ao pagamento dos sinistros a incorrer; • Risco de Provisão - possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente a pagamentos dos sinistros já ocorridos; e • Risco de Retenção - exposição a riscos individuais com Valor em Risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. **Concentração de risco por região:** A Caixa Residencial opera em todo o território nacional, conforme quadro a seguir:

a) Concentração de risco por região:

	Prêmios Emitidos - 01/01/2025 a 31/12/2025					
Ramos agrupados	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Residencial	455.664	248.186	116.223	58.847	213.636	1.092.556
Habitacional	821.842	396.004	186.571	65.387	310.677	1.780.481
	1.277.506	644.190	302.794	124.234	524.313	2.873.037

	Prêmios Emitidos - 01/01/2024 a 31/12/2024					
Ramos agrupados	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Residencial	367.384	199.715	89.531	43.853	156.430	856.913
Habitacional	581.958	295.284	132.071	48.159	225.162	1.282.634
	949.342	494.999	221.602	92.012	381.592	2.139.547

A análise de sensibilidade é segmentada em Residencial e Habitacional, e permite avaliar os impactos em resultado e patrimônio líquido de alterações em variáveis relevantes de risco. A Companhia estima uma variação de 5% dos totais pagos em sinistros no período (incluindo despesas com sinistros). **Segmento Residencial:** No seguro Residencial, o gerenciamento do risco de subscrição busca tariffar as apólices por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

	31/12/2025
Premissas atuariais	
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(1.806) (1.795)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.806 1.795
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(148) (145)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	148 145

Segmento Habitacional: No seguro Habitacional, o gerenciamento do risco de subscrição busca tariffar as apólices, por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

	31/12/2025	
Premissas atuariais	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(15.373)	(15.225)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	15.373	15.225
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(365)	(353)

Risco de Mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que podem causar mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. A carteira de investimentos da Seguradora em 31 de dezembro de 2025 (data-base do cálculo do capital de risco de mercado) estava alocada majoritariamente em títulos públicos federais apresentando baixa exposição ao risco de mercado e fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras estão alocadas também majoritariamente em títulos públicos federais. A Companhia monitora o equilíbrio entre o fluxo de caixa do passivo e o

fluxo de vencimento dos títulos e valores mobiliários para gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado. Além disso, a Companhia utiliza o cálculo do VaR para o gerenciamento do risco de mercado de suas exposições financeiras, com um intervalo de confiança de 95%, o qual é monitorado continuamente. **Risco de Crédito:** Entende-se como risco de crédito a possibilidade de que a Seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, por insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros ou outras contrapartes. **I. Resseguradores:** As operações de resseguro são realizadas com resseguradores, cuja classificação de risco, emitida por "agência classificadora de risco", seja avaliada como alta qualidade de crédito. As operações de repasse de risco a resseguradores em 31 de dezembro de 2025 estão suportadas por contratos vigentes com as seguintes companhias e seus respectivos *ratings* divulgados pela agência AMBEST: Navigators Insurance Company (A+), MS Amlin AG (A+), Austral Resseguradora (A-), Catlin Re Switzerland (A+), IRB Brasil Re (A-), Odyssey Reinsurance Company (A+), Reaseguradora Patria (A), Swiss Re Brasil (AA-) e Swiss Reinsurance Company (A+). **II. Prêmios a receber:** O risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos é considerado baixo pela Companhia, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Para uma visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 (d) - *Impairment* e Nota 8.1 - Prêmios a receber. **III. Aplicações:** A Caixa Residencial monitora diariamente as suas posições e alternativas de mercado e estabelece limites de exposição ao risco para as suas aplicações. A Companhia possui majoritariamente exposição ao risco de crédito soberano decorrente de alocações em títulos públicos federais, seja na sua própria carteira ou por meio de fundos de investimento. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente os seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da realização de estudos de ALM - *Asset & Liability Management* (equilíbrio entre ativos e passivos) e busca ajustar o seu fluxo de caixa a partir de estratégias de gerenciamento que garantam o seu cumprimento. O gerenciamento de risco leva em consideração os limites de concentração por emissor e risco de crédito e a sensibilidade e limites de risco de mercado. Os investimentos são alocados em títulos públicos federais e fundos de investimento cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata. Além disso, a Caixa Residencial efetua um constante monitoramento das condições de solvência e liquidez de suas operações de seguros. **Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e os riscos de reputação da Companhia. A Caixa Residencial classifica internamente os seus eventos de risco operacional em: • Fraude interna; • Fraude externa; • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; • Danos a ativos físicos próprios ou em uso; • Interrupção das atividades; • Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e • Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. A gestão do risco operacional ocorre de maneira descentralizada, por meio de comitês que se reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades definidos de modo a segregar as atividades de negócio, gestão e controle. Além disso cada departamento da Companhia é responsável pela conformidade regulamentar e pelo estabelecimento e manutenção de seus controles internos de modo a gerenciar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos seus processos. As áreas de Riscos e Controles Internos e de *Compliance*, orientam todas as áreas no desenvolvimento de melhores práticas, dentre elas: • Definição de responsabilidades, níveis hierárquicos e segregação de funções; • Indicadores e meios de monitoramento para avaliar ameaças aos objetivos da Companhia; • Comunicação de informações relevantes no desempenho de atividades; • Revisão periódica a fim de que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente gerenciadas; • Cumprimento de normas legais e regulamentares aplicáveis; • Atualização periódica e aprimoramento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); • Treinamento e capacitação para gerenciamento de riscos e controles internos específicos; e • Padrões éticos.

Nota 7 - Instrumentos financeiros ao valor justo

a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Para a parte da carteira composta por Fundos de Investimento não há vencimento e os saldos apresentados já estão a valor de mercado (valor justo).

Título	Saldo - 31/12/2024	Aplicação	Resgate	Rendimento	IOF	Saldo - 31/12/2025	Rentabilidade
Fundos de Investimento	338.274	3.428.703	(3.688.008)	31.849	(1.130)	109.688	102,77% do CDI
LFT (vinculados à cobertura)	948.050	102.036	-	143.909	-	1.193.995	Selic
LFT	166.156	582.195	(438.221)	35.968	-	346.098	Selic
NTN-B	23.931	4.948	(30.122)	1.243	-	-	IPCA + 6% a.a.
Totais acumulados	1.476.411	4.117.882	(4.156.351)	212.969	(1.130)	1.649.781	
Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 17.2)	948.050					1.193.995	
Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas	528.361					455.786	

As LFTs têm seus vencimentos entre 2027 e 2030:

Título	Vencimento	Valor de Curva	Ajuste de Mercado	Valor Mercado/Contábil
LFT	mar/27	211.745	2.045	213.790
LFT	set/27	224.188	1.504	225.692
LFT	set/29	158.964	819	159.783
LFT	mar/30	216.312	656	216.968
LFT	jun/30	330.896	882	331.778
LFT	set/30	131.339	331	131.670
LFT	dez/30	224.368	536	224.904
LFT	set/30	35.428	80	35.508
Total		1.533.240	6.853	1.540.093

b) Hierarquia do valor justo: Atualmente os Instrumentos Financeiros da Seguradora, representados por cotas de fundos de investimento e títulos públicos (Nota 7 (a)) estão classificados no Nível 1 na hierarquia de valor justo, ou seja, preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nota 8 - Operações com seguros

8.1 Prêmios a Receber:

	31/12/2025		
	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	
Prêmios a receber			
Residencial	408.521	(2.516)	406.005
Habitacional	465.551	(135)	465.416
	<u>874.072</u>	<u>(2.651)</u>	<u>871.421</u>

Circulante 709.831
Não Circulante 161.590
Em dezembro de 2025 ocorreu um reprocessamento de contratos cujo efeito aumentou em R\$ 295.332 o saldo de prêmios a receber e aumentou em R\$ 308.134 o saldo de prêmios a restituir no passivo. Estes saldos foram liquidados no início de janeiro de 2026.

			31/12/2024
	<u>Prêmios a receber</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Prêmios a receber líquido</u>
Residencial	184.884	(920)	183.964
Habitacional	139.530	(38)	139.492

Circulante 264.309
Não Circulante 59.147
8.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento:
A vencer 321.051
Vencidos até 30 dias 1.679
Vencidos de 31 a 60 dias 492
Vencidos de 61 a 90 dias 302
Vencidos de 91 a 120 dias 146
Vencidos há mais de 120 dias 744
874.072 324.414
(2.651) (958)
871.421 323.456

8.1.2 Movimentação dos prêmios a receber:
Saldo inicial 312.679
(+) Prêmios emitidos 3.499.650 2.492.827
(-) Prêmios cancelados/restituídos (628.662) (354.685)
(-) Recebimentos (2.448.170) (2.121.463)
(+) IOF 124.791 93.189
(+/-) Riscos vigentes e não emitidos - RVNE 2.049 1.405
(+/-) Redução ao valor recuperável (1.693) (496)
Saldo final 871.421 323.456

8.1.3 Prazo médio de parcelamento em meses:
31/12/2025 31/12/2024
Residencial 27 25
Habitacional 1 1
O Seguro Habitacional tem por característica a emissão mensal, ou seja, não há parcelamento.

8.2 Outros créditos operacionais:
Corretores - Comissão antecipada 100.990 42.616
Corretores - Comissão a recuperar 60.713 2.333
Outros Créditos 8.391 4.664
170.094 49.613
170.094 49.613

Circulante 31/12/2025 31/12/2024
8.3 Corretores de seguros e resseguros (passivo):
Comissões sobre prêmios - direto 218.891 95.187
Comissões sobre prêmios - estimado 849 814
Comissões sobre prêmios - RVNE 2.738 2.148
222.478 98.149
176.585 82.694
45.893 15.455

	31/12/2025	31/12/2024
Local	406	792
Eventual	577	2.242
Admitida	245	400
Redução ao valor recuperável	(4)	(14)
	1.224	3.420

Os saldos referem-se integralmente à recuperação de sinistros pagos, relativos à catástrofe das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho de 2024.

Nota 9 - Ativos de Resseguro - Provisões técnicas
Os ativos de resseguro - provisões técnicas, são compostos pela PPNG de resseguro (diferimento do prêmio de resseguro contratado), pela PSL e pelo IBNR (que para o ramo Habitacional foram constituídas para recuperação de sinistros relativos à catástrofe das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho de 2024).

	PPNG		PSL		IBNR		Outros	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	4.152	2.069	506	230	—	—	2	—
Habitacional	1.509	994	1.030	1.458	—	11.792	—	—
Redução ao valor recuperável	—	—	—	(47)	—	(5)	—	—
	5.661	3.063	1.536	1.641	—	11.787	2	—
Circulante	5.001	2.764	30	1.319	—	11.787	2	—
Não Circulante	660	299	1.506	322	—	—	—	—

Nota 10 - Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos - (diferenças temporárias)	5.685	5.542
Impostos retidos	341	39
	6.026	5.581

Circulante

Nota 11 - Tributos

a) Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado:

Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos Impostos e Participações	1.279.107	1.279.107
Participações nos lucros	15.914	15.914
Resultado antes dos Impostos	1.295.021	1.295.021
Adições Permanentes	2.228	(2.290)
Adições Temporárias	15.592	19.819
Exclusões Temporárias	(15.349)	(19.341)
Base de Cálculo	1.297.492	1.293.209
Parcela isenta do adicional de 10% (cima de R\$ 240 mil)	(240)	-
Base de Cálculo para o Adicional	1.297.252	1.293.209
Tributo a 15% s/ base de cálculo	194.624	193.982
Adicional 10% s/ base do adicional	129.725	-
(-) Incentivo fiscal (Rouanet)	(15.810)	-
Tributo apurado	308.539	193.982
(-) IR e CS - Diferidos	(68)	(76)
Saldo contábil de IR e CS	308.471	193.906
Alíquota efetiva	24%	15%

b) Incidência sobre o faturamento - Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS - Programa de Integração Social e a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são calculados sobre as receitas de prêmios (deduzidas dos sinistros pagos) e receitas financeiras vinculadas.

Nota 12 - Provisões judiciais

A composição das provisões judiciais e suas respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

Provisões judiciais (Em R\$ mil)	Processos Cíveis	Processos Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	232	55	287
Constituição / Atualização	264	115	379
Pagamentos	(174)	(29)	(203)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	322	141	463
Constituição / Atualização	308	156	464
Pagamentos	(100)	(26)	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	530	271	801

A distribuição das provisões judiciais está demonstrada a seguir:

	Valor			Valor		
	Quantidade	Valor Reclamado	Provisão	Quantidade	Valor Reclamado	Provisão
Probabilidade de perda						
Provável	97	1.402	530	70	1.098	322
Possível	239	6.028	–	273	6.030	–
Remota	129	3.997	–	115	2.137	–
Total	465	11.427	530	458	9.266	322
Provisões Trabalhistas			2025			2024
			Valor			Valor

Provisões Trabalhistas



XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

→ continuação

Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da XS3 Seguros S.A. - São Paulo - SP - O Comitê de Auditoria ("Comitê") da XS3 Seguros S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário, constituído em 04/01/2021, observando os termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2021, o Comitê é composto por 4 membros independentes e funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia e seu regimento interno. Em razão da saída de um de seus membros, no último trimestre de 2025, o Comitê encontra-se, até a presente data, composto por 3 membros. Compete ao Comitê apoiar o Conselho de Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos (independentes) e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia. O Comitê, ao longo do ano de 2025, realizou 12 reuniões ordinárias e 02 reuniões extraordinárias, desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, e apreciou 98 matérias que incluíram: (i) reuniões com a Alta Administração e seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) acompanhamento e avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores externos; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos; (vi) monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia; (vii) acompanhamento dos trabalhos, dos controles e da efetividade da Ouvidoria e do Canal de Denúncias; (viii) acompanhamento do processo de

adaptação da Companhia à Reforma Tributária; e (ix) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - é da Administração da Companhia. Ainda, é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos e questionamentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da ouvidoria, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas análises decorrentes de observação direta. O Comitê emitiu e enviou ao Conselho de Administração, relatórios trimestrais detalhando suas atividades e recomendações, bem como realizou reuniões regulares com o Diretor Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação. O Comitê reuniu-se em duas oportunidades com o Conselho Fiscal, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras relativas a 30 de junho e a 31 de dezembro de 2025.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, revisou-as, previamente, à publicação e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pelo órgão regulador com relação às informações divulgadas. Adicionalmente, o Comitê reuniu-se com os auditores atuariais independentes e tomou conhecimento do seu relatório, emitido com base em 31 de dezembro de 2025. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a integridade de suas demonstrações financeiras. Por fim, consideradas suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A., auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

Patrick Correa de Oliveira Leite Presidente	José Manuel Matos Nicolau Membro	Sergio Moreno Membro
---	--	--------------------------------

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as

atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade, para execução da auditoria, significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas, em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 DF 002567/F	Ismael Nicomedio dos Santos Contador - CRC 1 SP 263668/O-4
---	--

GARANTA MAIS TRANQUILIDADE PARA O SEU LAR E SUA FAMÍLIA

Com o **CAIXA SEGURO RESIDENCIAL**, você tem **diversas assistências exclusivas**, coberturas para danos elétricos, roubo e furto de bens, quebra de vidros e muito mais. Você também **concorre a sorteios mensais** com prêmios de **R\$20mil!**



FAÇA UMA SIMULAÇÃO



www.caixaseguridade.com.br



Seguro garantido pela Caixa Residencial - Razão Social: XS3 Seguros SA, inscrita no CNPJ sob o nº38.155.802/0001-43. Código SUSEP nº0347-6. Processo SUSEP nº15414.617300/2020-90. SAC: 0800 722 4921 ou SAC para Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala pelo WhatsApp (11) 99506-9519 e Ouvidoria 0800 722 4922 ou ouvidoria@caixaresidencial.com.br. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP. Consulte as Condições Gerais e as características do seguro em https://autoatendimento.caixaresidencial.com.br. Título de capitalização de pagamento único da modalidade incentivo emitido pela XS4 CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ/MF nº38155.804/0001-32. Processo SUSEP nº15414.626175/2022-71. Regulamento de sorteio disponível em https://autoatendimento.caixaresidencial.com.br. Para mais informações consulte as Condições Gerais, o regulamento e as características essenciais em www.susep.gov.br. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco. O seguro poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no site eletrônico www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo CNPJ ou CPF. *Os seguros residenciais contam com diversas coberturas adicionais, como vendaval e danos elétricos, cuja contratação é opcional e devem ser solicitadas pelo cliente na aquisição do seguro. Consulte o seu gerente para saber como ampliar a proteção do seu imóvel.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>